

Bancos menores podem aceitar título com deságio

Os pequenos e médios bancos regionais dos Estados Unidos estão de tal forma empenhados em zerar os créditos brasileiros que seriam capazes de negociar os **exit-bonds** (bônus de saída) mesmo com deságio, como propôs o Governo brasileiro. Se para os grandes bancos essa proposta foi uma ducha de água fria e gerou críticas generalizadas, os pequenos, “desencantados com todo este problema”, admitem que “não se pode negar a realidade do mercado (que negocia a dívida com desconto), embora o ideal fosse trocar a dívida por bônus pelo seu valor nominal e a juros compatíveis”. A avaliação é do representante do Mercantile Bank, no Brasil, e Presidente da Câmara Americana de Comércio, Wilbur Andrews.

O Mercantile tem créditos com o Brasil da ordem de US\$ 100 milhões e ocupa o 50º lugar no **ranking** bancário dos Estados Unidos. Andrews, que está no País há 25 anos, disse que por causa da moratória brasilei-

ra o Mercantile teve de constituir reservas para devedores duvidosos de US\$ 75 milhões, para empréstimos para a América Latina de US\$ 220 milhões. De acordo com ele, a decisão do Citibank, maior credor do Brasil, de aumentar suas reservas em US\$ 3 bilhões, acabou pressionando as instituições menores a fazerem o mesmo.

Por essa razão, tão cedo eles não pretendem voltar a investir no País, disse Andrews. Esse comportamento, entretanto, é bem diferente da postura dos grandes bancos em relação ao Brasil, embora mantenha certa coerência com o desempenho do capital estrangeiro. Para se ter uma idéia disso, as multinacionais vão remeter, este ano, US\$ 700 milhões, recorde nos últimos 17 anos, segundo dados da “Sondagem Conjuntural” realizada pela Fundação Getúlio Vargas em 2.064 empresas no País.

Andrews considera esses números realistas, tendo em vista a instabilidade política e a indefinição econô-

mica promovida pela Constituinte. Na sua opinião, se o Governo suspender a moratória, arrumar a economia e se a futura Constituição não impuser maiores restrições ao capital estrangeiro, as empresas internacionais voltarão a investir no País. A seu ver, falta ao Brasil um **lobby** bem organizado nos Estados Unidos, junto à Câmara e ao Senado, para influenciar os parlamentares com relação aos principais problemas entre os dois países, como o protecionismo e a própria dívida externa.

Para o Presidente da Câmara Americana de Comércio, o Fundo Monetário Internacional precisa rever suas políticas se quiser evitar um conflito ainda maior com os países devedores da América Latina. Mas essas modificações, naturalmente, só podem ser feitas pelos seus países membros. Por isso, o Brasil como um dos maiores devedores, tem, na sua opinião, força suficiente para pressionar por mudanças dentro do FMI.